



UnB

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB)

INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

BRUNO VINÍCIUS DE SOUZA DIAS

GUERRA:

Três Perspectivas para uma Análise Teórica

**BRASÍLIA
2019**

BRUNO VINÍCIUS DE SOUZA DIAS

GUERRA:

Três Perspectivas para uma Análise Teórica

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Virgílio Caixeta Arraes.

BRASÍLIA
2019

BRUNO VINÍCIUS DE SOUZA DIAS

GUERRA:

Três Perspectivas para uma Análise Teórica

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciência Política.

Data de aprovação: 03 de dezembro de 2019.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr.: Virgílio Caixeta Arraes
Universidade de Brasília
Departamento de História

Prof. Dr.: Aninho Mucundramo Irachande
Universidade de Brasília
Instituto de Ciência Política

Profa. Me: Débora Jacintho Faria
Universidade de Brasília
Faculdade de Direito

Aos meus dois queridos avôs

Benvindo Batista de Souza
Luiz Mariano Dias

In memoriam

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida e por esta caminhada com Cristo.

À Universidade de Brasília, pelo apoio financeiro.

Aos meus pais, pelo amor e orgulho que têm de mim, mesmo diante das adversidades.

À minha família, tantos os de perto como os de longe, pelo apoio e incentivo.

Ao William Araújo, pela parceria desde o Ensino Médio que me incentivou a sonhar a UnB. A “competição de guerra fria” deu resultado!

Ao casal Ney Jackson e Marilde (inclui família), por terem me adotado como filho quando cheguei, em 2014. Estendo o agradecimento também aos que me ajudaram direta ou indiretamente para que eu permanecesse em Brasília.

À igreja Catedral Baleia, por ter me acolhido quando cheguei, na pessoa do pastor João Adair Ferreira. Obrigado pelo tempo que servi.

Aos meus colegas e amigos dos grupos cristãos, NVC e ABU, pelos momentos de alegria e de tristeza. Só vocês entenderão a frase “refúgio no deserto”.

Aos projetos de voluntariado e toda a liderança, por terem me concedido a oportunidade de servir. Aprendi com vocês o que é Missões!

Ao casal discipulador, William e Moriá Schwartz, e família, por terem me feito compreender as Escrituras Sagradas.

Aos amigos mais chegados que irmãos, pelo discipulado e pela comunhão em Cristo. Não me esquecerei que juntos entendemos o verdadeiro Evangelho.

Aos amigos e amigas da BCE/UnB, pelo entusiasmo que me ensinaram e me contagiaram.

Aos amigos de curso e da UnB, por terem me concedido oportunidades profissionais.

Aos amigos do “papo conservador”, pelos assuntos que me fizeram crescer e me levaram até o tema de Guerra.

Aos amigos do concurso IRBr, pela perseverança que me ensinaram. Chegaremos lá! Nunca mais me esquecerei da importância das línguas!

Ao meu orientador, Prof. Dr. Virgílio Caixeta Arraes, pela paciência e confiança no meu projeto.

*O saber não é nem uma torre, nem um poço,
mas uma morada de homem.*

*A unidade da fé dá ao trabalho intelectual
o carácter de uma cooperação imensa.*

A. D. Sertillanges

RESUMO

Diante da baixa ocorrência de temas internacionais na produção científica de Ciência Política da Universidade de Brasília e da importância da guerra para a compreensão do nosso mundo, este trabalho analisou três definições teóricas da guerra. O objetivo foi observar se havia diferenças interpretativas em cada conceituação, levando em conta a perspectiva de Relações Internacionais de cada autor. Partindo do pressuposto de que cada conceito delimita o tipo de explicação das causas e dos tipos de guerra, foi feita uma pesquisa bibliográfica em artigos de periódicos e literatura científica sobre o tema, para entender como a compreensão da guerra é influenciada pelos aspectos que configuram sua conceituação. Para isso, adotou-se duas bases teóricas de classificação das causas e dos tipos de guerra, a de Kenneth Waltz e a de John Vasquez, respectivamente, a partir das quais, portanto, se analisou cada definição. Tendo feito isso, concluiu-se que há diferenças interpretativas e que elas condicionam como as causas e os tipos de guerra são explicados. Esse resultado contribuirá para um melhor entendimento teórico da guerra, já que as diferenças interpretativas de cada definição se complementam entre si e proporcionam um entendimento mais profundo sobre a tema. Além disso, este trabalho poderá incentivar que novas pesquisas se interessem pelo tema de guerra, de forma a fomentar a análise de temas internacionais no Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília.

Palavras-chave: Guerra. Estados. Conceituação. Causas. Tipologia.

ABSTRACT

In the face of the low occurrence international topics in the scientific production of Political Science at the University of Brasilia (UnB) and the importance of war to understand our world, this work analyzed three theoretical definitions of war. The objective of this study was to observe if there were interpretative differences, considering the International Relations perspective of each author. Assuming that each concept delimits the type of explanation of causes and types of war, it was made a bibliographic search in articles from periodicals and scientific literature on war to understand how the comprehension of war is influenced by aspects that shape its conceptualization. For that, it was adopted two theoretical bases of causes and types of classification of war: Kenneth Waltz', and John Vasquez'. After having analyzed each definition, it was concluded that there are interpretative differences that delimit how the causes and types of war are explained. This result will contribute to a better theoretical understanding of war, as interpretative differences in each definition are complementary to each other, providing a deeper understanding on the topic. Moreover, this work might be an incentive for new researchers on the topic of war and for the analysis of international topics at the Institute of Political Science of the University of Brasilia.

Keywords: War. States. Definition. Causes. Types.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	O QUE SÃO AS GUERRAS	14
2.1	Implicações para uma conceituação	14
2.2	Definições de guerra	16
2.2.1	DEFINIÇÃO DE QUINCY WRIGHT	16
2.2.2	DEFINIÇÃO DE HEDLEY BULL	17
2.2.3	DEFINIÇÃO DE LEVY AND THOMPSON	18
3	CAUSAS DA GUERRA	21
3.1	Os três níveis ou as três imagens de waltz	21
3.2	As três definições à luz das três imagens	24
4	OS TIPOS DE GUERRA	32
4.1	Tipologia de vasquez	32
4.2	As três definições à luz da tipologia de vasquez.....	36
	CONCLUSÕES.....	40
	REFERÊNCIAS	43

1 INTRODUÇÃO

*Não sei com que armas a III Guerra Mundial será lutada.
Mas a IV Guerra Mundial será lutada com paus e pedras.*

Albert Einstein

O tema do trabalho será a guerra¹, mais especificamente, os seus aspectos teóricos. Desde Tucídides, o estudo da guerra tem despertado interesse em muitas áreas da ciência ou do campo do saber (LEVY e THOMPSON, 2010; ARAUJO, 1959; LUIZ, 2014; BOBBIO, 2007). Isso se deve, sem dúvida, à importância da guerra para compreender o mundo em que vivemos hoje (KEEGAN, 2006). Historicamente, os pesquisadores veem a origem da guerra, ou mais precisamente, da violência, muito antes de o homem ter se organizado em sociedade (WRIGHT, 1942, 1988; PINKER, 2011). Foi só a partir do século XVI, entretanto, que começaram a surgir teorias, como a de Maquiavel de 1516, para tentar explicar como as guerras surgem, o porquê, e como elas poderiam ser controladas (BOBBIO, 2007). Passados alguns séculos, mais contemporaneamente, quando se começou a tratar a guerra de forma sistemática, cada área de estudo, porém, passou a enfatizar aspectos diferentes, divergindo entre os pesquisadores como se deveria estudar a guerra (LEVY e THOMPSON, 2010, p. 2).

Para Levy e Thompson (2010), essa diferença de enfoque acontece pelo fato de que o modo como se interpreta a guerra varia com o conceito adotado. Logo, se há muitos conceitos diferentes para guerra, há também muitos modos de como se interpretar a guerra, a partir de metodologia distintas. No dicionário político de Bobbio (2007), por exemplo, o autor sumariza

¹ Esse tema surgiu em um momento em que cursava, no segundo semestre de 2017, a disciplina de Guerras no Rio da Prata, do Departamento de História, da Universidade de Brasília. Durante alguns dias, enquanto pesquisava artigos e leituras complementares às obrigatórias da disciplina, encontrei online uma recomendação bibliográfica sobre guerra e paz¹, do Departamento de Ciência Política da *Rugters University*, nos Estados Unidos (New Jersey). Causou-me profunda curiosidade ter encontrado essa recomendação bibliográfica, pois não imaginava que o tema de guerra era objeto de estudo na Ciência Política, o que me despertou o interesse de desenvolver uma pesquisa mais profunda sobre guerra. Entretanto, encontrei dificuldades de como deveria ler as bibliografias propostas, pelo fato de não ter tido nenhuma disciplina no Instituto de Ciência Política/UnB que me proporcionasse um contato com a literatura política de guerra. Isso me levou a procurar no Instituto de Relações Internacionais/UnB uma disciplina que abordasse algum aspecto da guerra. Cursei a disciplina chamada “Processos Decisórios e a Política Externa dos EUA”, que me proporcionou um contato inicial com um dos aspectos importantes da ciência política no processo de guerra, o “Processo Decisório”. Tendo decidido que esse seria o tema para o Trabalho de Conclusão de Curso, algumas razões, que têm a ver com a produção científica do Instituto de Ciência Política/UnB, convenceram-me da importância de segui-lo.

cinco principais definições da guerra, a partir das quais os respectivos autores chegam a conclusões distintas, mas complementares entre si, concluindo que “[...] não existe uma definição unívoca do conceito de Guerra.” (BOBBIO, 2007, p. 572).

Partindo disso, na visão de Levy e Thompson (2010), a literatura atual sobre guerra está dividida entre o estudo das guerras entre Estados, ou interestatais, e o estudo das guerras civis. Tem-se dado maior importância, todavia, às guerras entre Estados, justamente por terem tido um papel importante na moldagem da política e do sistema internacional no século XX, principalmente por terem influenciado a criação da maior parte das teorias de relações internacionais (LEVY e THOMPSON, 2010; MAGNOLI, 2011, PECEQUILO, 2016). Nessa perspectiva, a guerra influenciou o comportamento dos Estados nos últimos séculos, com destaque para a forma de configuração e formação de diversos Estados e, em outros casos, a sua extinção (LEVY, 1983). Por conseguinte, suas consequências afetam tanto países envolvidos diretamente com a guerra, quanto outros países de forma mais indireta, sendo, contudo, os indivíduos sempre afetados, independentemente da situação (LEVY e THOMPSON, 2010, p. 1-4).

Os exemplos mais claros dos imensos impactos da guerra no mundo são, inegavelmente, as duas guerras mundiais do século XX, já que as suas consequências têm afetado ainda o mundo contemporâneo. A presença e a intervenção dos Estados Unidos e da Rússia no Oriente Médio, por exemplo, é um grande foco de discussão da inserção desses países no plano internacional, que se deu a partir da Primeira Guerra Mundial. Além disso, atualmente, ainda há outros pontos críticos mais específicos que poderiam gerar motivações para o início de uma guerra, como o conflito Israel-Palestino, o desenvolvimento de armas nucleares pelo Irã e pela Coreia do Norte, a rivalidade Indo-Paquistanesa, a crise na Península Coreana e a disputa territorial de soberania entre China e Taiwan. Todos esses conflitos têm se tornado cada vez mais complexos, seja pela proliferação de novos grupos armados ou pelo impacto das inovações tecnológicas no teatro de operações. (LEVY e THOMPSON, 2010; FERNÁNDEZ, 2000)

Posta a importância do tema de guerra, é oportuno, então, continuar o seu estudo, tendo em conta que a adoção de diferentes conceitos tem levado a resultados científicos diferentes e complementares. Isso é ainda mais relevante quando se observa que as guerras entre Estados, embora cada vez menos frequentes, têm ganhado maior potencial de destruição com o avanço

das novas tecnologias (FERNÁNDEZ, 2000)², especialmente as armas nucleares³. Por conta disso, a observação das guerras se torna mais complexa, dificultando um consenso acerca das causas de determinadas guerras, bem como de seus tipos. Deve-se, contudo, antes de se explicar as causas e as motivações da guerra, atentar para as implicações teóricas de uma definição e conceituação da guerra (LEVY e THOMPSON, 2010).

Neste estudo, considera-se como problema de pesquisa o fato de não haver uma definição unívoca da guerra, mas muitas definições que enfatizam aspectos diferentes em cada interpretação. A partir disso, a pergunta de pesquisa é se há diferenças interpretativas entre três conceitos de guerra cujos termos abarcam conceitos semelhantes da Ciência Política. Considerando a hipótese de que há diferenças interpretativas, o objetivo será observá-las e entender como elas condicionam o entendimento da guerra. Com esse objetivo, espera-se demonstrar que para uma compreensão mais completa da guerra, é importante haver diferenças interpretativas entre definições de um mesmo objeto. Essa possibilidade de obter uma compreensão mais completa, por sua vez, poderá incentivar novas pesquisas que adotem outras definições de guerra e explorem as suas implicações para o entendimento da guerra numa perspectiva da Ciência Política. Ademais, o intuito é que este trabalho sirva de subsídio e base para os demais colegas que venham se interessar por este tema, pois a partir disso pode-se pensar em uma maior produção científica no Instituto de Ciência Política⁴ da Universidade de Brasília voltada para a Política Internacional, especialmente a guerra.

Colocado isso, este estudo terá enfoque qualitativo, que congrega as seguintes características, segundo Sampieri, Collado e Lucio (2006, p. 5): “1. utiliza coleta de dados sem medição numérica; 2. não há necessidade obrigatória de comprovar hipótese; e 3. busca

² O autor traz uma discussão interessante acerca da influência do capitalismo industrial na guerra. Na sua perspectiva, embora a capacidade destrutiva tenha se tornado imensa, na verdade, a humanidade tem experimentado, nos últimos dois séculos, o que ela não tinha conseguido experimentar nos mais de quarenta séculos anteriores de história, a aceleração da capacidade humana de invenção. Isso, para o autor, é uma “*temible contradición*”.

³ Para uma perspectiva nuclear da guerra, ver: JERVIS, Robert. *The Meaning of the Nuclear Revolution*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1989, p. 23-38.

⁴ Com os dados de todas as produções científicas disponíveis no repositório⁴ online da UnB, do curso de Ciência Política, de 2006 a 2018, observei que não há nenhum trabalho acerca de aspectos teóricos da guerra, o que indica, conseqüentemente, a ausência de uma abordagem de Ciência Política para esse tema. Verifiquei também uma recorrência muito baixa de temas internacionais a cada ano⁴ na produção científica de Ciência Política/UnB. Há apenas três trabalhos que fazem referência mais direta a um tipo de conflito, em especial um que discute o Brasil na Primeira Guerra Mundial. Considerando essas constatações, levantei alguns questionamentos, como: há pouco interesse nos alunos de Ciência Política da Universidade de Brasília pela área internacional? Se sim, por quais motivos? Não havendo trabalho que se refira ao tema dos aspectos teóricos da guerra, os alunos consideram que a guerra é apenas um assunto da História das Relações Internacionais? Esses questionamentos podem estar ligados a dois pressupostos assumidos neste trabalho; primeiro, o de que as principais teorias para analisar a guerra são parte do campo de Relações Internacionais; segundo, que a História “[...] é a disciplina que mais se relaciona com as guerras.” (ARAUJO, 1959, p. 27).

descobrir e aperfeiçoar questões de pesquisa”. Mais especificamente, o estudo será do tipo exploratório, cujo objetivo é examinar um tema pouco estudado no Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, e do tipo correlacional, cujo propósito é relacionar dois ou mais conceitos. Com isso, será possível familiarizar-se com o objeto de estudo, de forma a explorar conceitos e aspectos mais específicos para possíveis pesquisas posteriores. A flexibilidade desse tipo de estudo permite ainda identificar as principais tendências de pesquisa no tema para se desenvolver futuramente pesquisas qualitativas e/ou quantitativas mais aprofundadas do tipo descritivo e explicativo. Sobre esses tipos de pesquisa, o descritivo busca coletar informações acerca de conceitos e variáveis de um determinado tema, e o estudo explicativo, valendo-se dos resultados dos anteriores, identifica as causas de acontecimentos, fatos e fenômenos. (SAMPIERI *et al.*, 2006, p. 98-103, 107).

O modelo de pesquisa adotado será o não experimental, no qual não se manipula deliberadamente as variáveis e cujo objetivo principal é observar o objeto de estudo (SAMPIERI *et al.*, 2006, p. 223-4). A realização do estudo será por meio da leitura bibliográfica acadêmica, algumas específicas da bibliografia da *Rugters Univeristy*, mencionada anteriormente, como artigos em periódicos e livros de professores da área. A partir disso, serão desenvolvidos capítulos que compreendam as principais questões de debate e discussão para um estudo da guerra a partir da Ciência Política. O levantamento bibliográfico para a revisão de literatura será feito pela seleção de fontes secundárias, mais especificamente, livros, artigos de periódicos, monografias, teses e dissertações.

Por fim, a estrutura deste trabalho está organizada em três capítulos. Nesta introdução, primeiramente, apresenta-se o tema, sua importância, as delimitações teóricas e as justificativas do trabalho. O primeiro capítulo aborda a discussão acerca da conceituação de um objeto de estudo, neste caso, a guerra. Mais especificamente, observa-se quais são as limitações e implicações de uma definição de guerra, apresentando-se, para isso, três definições de guerra, a de Wright (1942), a de Hedley Bull (2002 [1977])⁵ e a de Levy e Thompson (2010).

No capítulo dois, se analisa as definições de guerra a partir das três imagens de Kenneth Waltz, do seu livro *O homem, o estado e a guerra* (2004). Mais detalhadamente, tenta-se, a partir de um enquadramento das imagens de Waltz, observar como a escolha de cada definição delimita a maneira de se explicar a guerra, isto é, suas causas. Para isso, são apresentadas as

⁵ Esta edição da obra “**A Sociedade Anárquica**” faz parte da Coleção Clássicos IPRI, organizada em cooperação pela Editora Universidade de Brasília com o Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI/FUNAG) e a Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. A obra do autor, entretanto, foi originalmente publicada em 1977. Portanto, nas citações do texto, apesar de se usar uma edição mais nova, faz-se referência ao ano de 1977. É necessário fazer essa ressalva, a fim de esclarecer o marco temporal de referencial teórico utilizado neste trabalho.

principais características das três imagens, bem como algumas de suas limitações para o entendimento das causas da guerra e, depois, passa-se à análise das definições.

No capítulo três, são analisadas as três definições a partir da tipologia de guerra de Vasquez (2010), considerando a contribuição de cada uma das perspectivas dos autores para as relações internacionais. Nesta seção, tenta-se observar que tipos de guerra se enquadrariam em cada conceito. Por último, na conclusão, apresenta-se a contribuição de cada autor para o entendimento da guerra, os aspectos que se assemelham nas definições, bem como os que diferenciam a interpretação da guerra, e qual autor se aproxima mais de um entendimento atual da guerra.

2 O QUE SÃO AS GUERRAS

2.1 Implicações para uma conceituação

A guerra é uma arte simples e essencialmente prática.

Napoleão Bonaparte

A ciência, durante o seu desenvolvimento, teve em todo tempo a necessidade de invenção de conceitos. Ao ter que investigar novos fenômenos, era necessária uma delimitação conceitual para que se pudesse explorar e descrever um fenômeno e, com isso, passar a investigá-lo (VASQUEZ, 2009). Nesse sentido, Vasquez (2009, p.16) afirma que uma “[...] das maiores contribuições que um intelectual ou um cientista pode fazer é a invenção de uma nova palavra que [...] permita ver coisas que não [...] [se tinham] visto antes.” Com isso em mente, este estudo se inicia com a premissa de que é importante ter uma ou mais palavras de definição para o objeto de estudo, já que isso auxilia no entendimento e na observação do seu significado.

Pensando no objeto de estudo de “guerra”, o autor alerta, primeiramente, para a necessidade de ter prudência com autores que dão pouca atenção à necessidade de defini-la e conceituá-la. Isso porque, ao acreditarem que não é necessário especificá-la, preferindo partir do senso comum de que “todos sabem o que é a guerra”, ignoram a importância e as utilidades das definições e dos conceitos. Nesse sentido, a delimitação do domínio empírico de uma investigação é importante, pois fornece um “critério de definição” de qual fenômeno será incluído ou excluído e possibilita o uso consciente da palavra que caracteriza o fenômeno, bem como conversas diversificadas sobre o assunto, de forma que se possa investigá-lo (VASQUEZ, 2009, p.15).

Assumindo a importância da conceituação de guerra, é preciso ainda entender quais as implicações de se conceituar a guerra, visto que não há definições absolutas que compreendam todas as suas características, mas definições instrumentais que ajudam no trabalho de investigação. Considerando que, ao longo do tempo, a ocorrência das guerras veio trazendo redefinições no seu próprio sentido, seja porque novos métodos, táticas e estratégias foram empregadas ou porque determinadas culturas envolvidas em guerras passaram por um processo de transformação, as definições da guerra, portanto, carregam um sentido histórico e social e

de compreensão de determinada época histórica. Por isso, a escolha de uma definição implica em consequências que devem ser consideradas no trabalho de investigação, visto que “[...] as definições não proveem simplesmente uma maneira de discutir [...] [a guerra], mas ajudam a [...] [criá-la].” (VASQUEZ, 2009, p.20).

Nessa perspectiva, pelo fato de as definições serem resultado de entendimentos culturais e sociais, quando são criadas, trazem percepções institucionais de determinados processos característicos da guerra. Isso significa que a adoção de uma definição de guerra vem acompanhada de sua construção histórica e social. No entanto, é preciso atentar também para o fato de que nem sempre a definição traduz fielmente a realidade, podendo suscitar na investigação aspectos não incluídos na realidade, como acontece com a interpretação de fatos históricos, que muitas vezes pode gerar vieses.

Na literatura, por exemplo, há uma ideia de que a ausência de guerra entre Estados significa que há paz. Contudo, na verdade, não necessariamente isso pode acontecer, haja vista que podem haver guerras extra sistêmicas que não envolvam diretamente um ou dois Estados (VASQUEZ, 2009, p. 22 e 28-30). Acerca disso, Hedley Bull (2002) afirma que a ordem internacional tem certas regras para reconhecer a necessidade da guerra, bem como para iniciá-la, ou seja, não é por qualquer razão que um Estado soberano pode iniciar uma guerra, já que de acordo com o costume e a lei internacional há razões legítimas para se fazer isso, levando-se a afirmar, portanto, que a existência de uma guerra não significa necessariamente que não há ordem no mundo (VASQUEZ, 2009, p. 33).

Para resolver esse problema de vieses, Vasquez (2009, p. 22) sugere que “Ao invés de [se] assumir muitas suposições no início, é melhor ir acrescentando-as como hipóteses auxiliares para formar uma conceituação mais abrangente do fenômeno [...]”, pelo fato de que, muitos aspectos de outros campos de investigação, que não estão relacionados diretamente com a guerra, se associam a ela indiretamente⁶. Ademais, também é possível adotar definições, que embora não abarquem tudo, tenham um alcance maior em sua perspectiva de análise (VASQUEZ, 2009, pp. 22-3).

⁶ Vasquez (2009) dá como exemplo as áreas da psicologia e biologia, que, embora não forneçam detalhes diretos sobre a guerra, ajudam a compreender outros aspectos que auxiliam na compreensão da guerra. A agressão animal, por exemplo, pode ensinar acerca da defesa de território, e a violência familiar também pode ensinar acerca dos efeitos da frustração para um comportamento agressivo.

2.2 Definições de guerra

Há muitas definições a partir de várias abordagens⁷ pelas quais se pode observar a guerra, e nas quais pode-se, ainda, observar diferenças interpretativas. Isso se deve ao fato de que, cada autor, ao adotar uma definição diferente, passa a enfatizar aspectos também diferentes na análise da guerra, como se pode encontrar em Lider (1987); Wright (1988, 1942); Vasquez (2009); Levy e Thompson (2010); Luiz (2014); Keegan (2006); Bobbio (2007) e Bull (2002 [1977]).

2.2.1 DEFINIÇÃO DE QUINCY WRIGHT

Quincy Wright (1942) considera quatro perspectivas diferentes para definir a guerra. O autor parte do pressuposto de que é possível entendê-la a partir de cada uma das perspectivas, independentemente das diferenças de ênfase. Assim, Wright (1942, p. 8) define guerra como “[...] a condição legal que permite igualmente dois ou mais grupos hostis continuarem um conflito por forças armadas.”. A partir dos termos dessa definição, é possível extrair algumas premissas.

Primeiramente, o termo “forças armadas”, diferente de apenas “violência”, caracteriza um tipo muito específico de violência que é implementada para alcançar determinado objetivo, a “técnica militar moderna” (*Modern military technique* em inglês). A ênfase nesse aspecto tem a ver com a tentativa de alguns pesquisadores de diferenciarem com precisão o momento em que a guerra começa do momento em que termina. Entre os pesquisadores, entretanto, não há consenso acerca disso. Segundo o autor, a sociologia, por exemplo, vê que a guerra e a paz, cada uma, têm características particulares que permitem separá-las com exatidão, delimitando suas respectivas diferenças. Já a área jurídica internacional, por não ter encontrado características que distingam nitidamente cada fase, concluiu que as intervenções, as agressões, as represálias, as rebeliões e a pirataria estariam em um estado intermediário entre a paz e a guerra. Em suma, para o autor, geralmente, as análises qualitativas e quantitativas tendem a enfatizar aspectos diferentes da guerra; a primeira a interpreta sob a perspectiva de um estado

⁷ Para mais detalhes sobre os tipos de abordagem, ver LIDER, Julian. **Da natureza da guerra**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1987.

de lei ou uma forma de conflito; a segunda, sob a perspectiva de um grau de violência ou animosidade. (WRIGHT, 1942, pp. 8-12)

Os que sustentam a visão de que é possível observar uma distinção entre guerra e paz usam o argumento filosófico de Clausewitz, acerca da intensidade com que os métodos militares são empregados para compelir o outro a fazer a minha vontade. Isso tem a ver, em segundo lugar, com o termo “grupos hostis”. Nesse caso, não é empregado o termo “entidade”, sejam elas distintas ou similares, pelo fato de que não são apenas pequenos grupos sociais diferentes que empregam ações violentas e hostis um contra o outro, mas grupos que se caracterizam por existirem somente dentro do contexto de guerra. (WRIGHT, 1942)

Por último, o termo “conflito”, ao invés de ser simplesmente “contato” entre adversários, é dito no sentido de que o padrão de comportamento esperado pelos lados adversários se distingue de comportamentos em outros conflitos em geral. Isso porque, teria um sentido diferente ao se substituir o termo “conflito” por “contato”, que compreenderia a competição também como um conflito. Dessa forma, já que se quer delimitar precisamente as características que definem a guerra, adotam-se as perspectivas jurídica e diplomática que consideram a visão de Grócio de que o conflito é “a condição daqueles que lutam com a força”. Acerca disso, Wright (1942) considera a visão de Hobbes de que as relações entre Estados variam de acordo com as situações ou de que a interação entre os Estados está em contínua variação, avançando, por vezes, além do limite, momento que se pode descrever, portanto, como “guerra”. Assim, dentro de um cenário de guerra, independentemente de haver um reconhecimento mútuo do estado de beligerância, o fato é que se os Estados passarem por determinado limite, eles estarão entrando em um estado de guerra (WRIGHT, 1942, pp. 8-12).

2.2.2 DEFINIÇÃO DE HEDLEY BULL

Hedley Bull (2002, p.211) define guerra como “[...] a violência organizada promovida pelas unidades políticas entre si.” Partindo dessa definição, para Vasquez (2009, p.24), pode-se considerar a guerra como um fenômeno social que ocorre na experiência humana desde sempre. Para o autor, a definição de Bull é útil para entender a guerra por três razões. A primeira é que não se restringe a uma guerra entre Estados, permitindo compreender outras perspectivas de análise; a segunda é que os termos da definição não são controversos; e a terceira é que o principal termo teórico, “organizada”, é particularmente útil para entender a violência como um

componente essencial da ou na guerra. Essa violência, acrescenta Vasquez (2009), teria, além do objetivo de causar dano ao oponente, o de matá-lo também.

A análise da definição permite chegar a algumas premissas importantes para uma conceituação acerca da guerra. Para Bull (2002, p. 211), o elemento unidade política tem enorme relevância, uma vez que a violência não empregada por unidades políticas não caracteriza uma violência de guerra. Nesse sentido, na guerra há uma responsabilização oficial da morte ou do dano ao oponente, e a unidade política é o único ator que pode assumi-la, ao contrário do que aconteceria em um assassinato, em que se busca, por vezes, omitir o culpado. Considerando essa primeira premissa, chega-se à segunda, que faz referência ao elemento da definição “entre si”, de que para se caracterizar uma guerra, a violência precisa ser empregada, necessariamente, contra outra unidade política e não contra indivíduos simplesmente.

Vasquez (2009, p. 24-6), ao interpretar a definição, argumenta que, pelo fato de a guerra envolver violência coletiva entre dois lados adversários, a guerra não é apenas um conflito. Essa delimitação a exime de uma conceituação muito ampla e ambígua, como seria o caso do conflito, no qual, embora seja impossível que os interesses sempre sejam harmônicos, nem todo desentendimento de interesses ou conflito leva a uma guerra. Isso porque, diferentemente do conflito, a violência na guerra é organizada, quer dizer, é uma atividade planejada que obedece a certas regras e costumes. Sob essa perspectiva, a violência não é aleatória, mas focalizada em um alvo específico ou uma coletividade representada por um ou mais indivíduos. Dessa forma, a guerra não pode ser uma resposta de vingança por simplesmente não se gostar do outro indivíduo. Novamente, então, as unidades políticas são importantes para a conceituação de guerra, assim como afirma o próprio Bull (2002), pelo fato de que a guerra é lutada, necessariamente, por essas unidades, e a violência, da mesma forma, também é direcionada, necessariamente, para essas unidades políticas ou para os membros dessas unidades.

2.2.3 DEFINIÇÃO DE LEVY E THOMPSON

Levy e Thompson (2010, p. 5) consideram que a guerra é “[...] uma violência sustentada e coordenada entre organizações políticas”. Os autores, na verdade, partem de duas definições anteriores. Uma de Bronislaw Malinowski⁸, de que a guerra é “[...] um conflito armado entre

⁸ Bronislaw Kasper Malinowski (1884-1942) foi um dos mais importantes antropólogos do séc. XX. Considerado o fundador da “antropologia social” e notável pelos seus estudos com a população da Oceania. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Bronislaw-Malinowski> Acesso em: 23 de outubro, 2019.

duas unidades políticas independentes, por meio da força militar organizada, na busca de uma política tribal ou nacional.”; outra de Clausewitz, de que a guerra é a busca por uma política nacional, no sentido de guerras iniciadas apenas por atores nacionais, excluindo conflitos iniciados por razões pessoais. A razão pela qual os autores consideram essas duas definições e as interpretam em uma só, é que, apesar de a definição de Malinowski abranger o conflito armado entre forças militares organizadas de entidades políticas bem definidas, ela não considera, contudo, um “[...] mínimo de limite do conflito e da violência como um pré-requisito para a guerra; conseqüentemente, ela falha [...] [ao] diferenciar [...] guerra e uso da força [...]” (LEVY e THOMPSON, 2010, p. 51). Dentro dessa definição, Levy e Thompson (2010) consideram que há três aspectos importantes de análise: o substantivo “violência”; a preposição “entre”; e a noção de “violência com propósito”.

O primeiro aspecto diz respeito ao “[...] uso da força para matar e injuriar pessoas e destruir recursos econômicos e militares” (LEVY e THOMPSON, 2010, p. 5). Nisso, considera-se que um conflito só se torna uma guerra, quando envolve violência “sustentada”, pois, tendo se tornado uma guerra, a violência e a força são usadas por um determinado tempo até que se atinja o objetivo delineado. Isso, então, é suficiente para diferenciar a guerra de conflitos armados, pois o fato de as guerras não serem tão comuns como os conflitos significa que não é possível um só Estado sustentar a violência por muito tempo. O conflito Israel-Palestina, por exemplo, ainda sem solução desde 1948, levou a algumas guerras (1948, 1956, 1967, 1973 e 1982); outro conflito, o dos Estados Unidos com a União Soviética, nos anos da Guerra Fria, também levou a enfrentamentos indiretos de violência sustentada.⁹ (LEVY e THOMPSON, 2010, pp. 5-9).

Com respeito ao segundo aspecto, para se ter uma guerra, é preciso que a violência seja empregada entre dois lados adversários, ou seja, que a violência seja recíproca. Isso deve acontecer, pois a guerra é, necessariamente, “[...] resultado do comportamento de dois ou mais atores.” (LEVY e THOMPSON, 2010, p. 6). Durante o século XX, por exemplo, algumas invasões não chegaram ao ponto de iniciarem uma guerra, já que não houve resposta do outro lado, como aconteceu na invasão da Hungria pelos soviéticos, em 1956, na invasão da Tchecoslováquia pelos soviéticos, em 1968, e no ataque preventivo de Israel contra o Irã, em 1982. Dentro deste segundo aspecto, assim como se verá na definição de Hedley Bull (2002), para se considerar a violência como estratégica, é preciso que ela seja empregada por uma unidade ou uma organização política, e haja resposta do adversário. Segundo os autores, a ideia

⁹ Nesse aspecto, os autores levantam um questionamento importante de por que alguns conflitos, rivalidades e disputas levam a guerras, enquanto que outras não (LEVY e THOMPSON, 2010).

é que os indivíduos empregam a violência sob a vontade de uma unidade política coletiva maior e sob a direção e coordenação de líderes políticos e ou militares para avançar os objetivos da coletividade ou da liderança.

O último aspecto é com relação ao uso da violência com um “propósito”, indicando que o uso da força é uma estratégia para alcançar determinado objetivo da organização política. O alcance desse objetivo, todavia, pode acontecer mesmo em uma situação em que se saia militarmente derrotado, como aconteceu com o Egito em 1973, quando, embora tenha sido derrotado militarmente, conseguiu obter ganhos políticos (LEVY e THOMPSON, 2020, p. 7; CAMARGO In: MAGNOLI, 2011). Nesse sentido, o uso da força teria o objetivo de influenciar o comportamento do adversário de uma maneira que atenda a interesses específicos do outro lado (LEVY e THOMPSON, 2010, p. 8).

Essa perspectiva de vitória política, mas de derrota militar ao mesmo tempo, tem como base a interpretação de Clausewitz (1996), de que seria possível estar comparativamente melhor no alcance dos objetivos políticos, do que nos do emprego da força. A justificativa dessa afirmação está na razão de que a guerra não teria apenas o propósito de aniquilar o outro lado, mas também de “[...] forçar o adversário a submeter-se à nossa vontade.” (LEVY e THOMPSON, 2010, p. 7, grifo da citação). Não muito diferente, havendo o objetivo de destruir o adversário, isso envolveria somente a destruição das forças militares e dos recursos econômicos, e não uma destruição completa. Em suma, a guerra, nesse sentido, poderia ser vista como uma forma de reduzir a performance militar do adversário, bem como suas possibilidades de barganha (LEVY e THOMPSON, 2010, p. 9).

Por último, a respeito da barganha, para os autores, o uso da força também pode ter o objetivo de influenciar o cálculo de custo-benefício do adversário. Nesse sentido, a guerra estaria mais baseada no comportamento dos adversários e não simplesmente nas suas motivações de uso da força. Como exemplo os autores consideram que:

O terrorismo contra Israel é quase sempre motivado pelo objetivo de impor altos custos sobre a sociedade de Israel, a fim de convencer seus líderes que os benefícios de ocupar os territórios árabes são excedidos pelos custos de fazer isso, e que seria melhor Israel mudar sua postura. (LEVY e THOMPSON, 2010, p. 9, tradução nossa)

3 CAUSAS DA GUERRA

3.1 Os três níveis ou as três imagens de Waltz

O principal motivo da guerra é a paz.

Sun Tzu

Segundo John Vasquez (2009, p. 7), a “[...] guerra é um tema muito complexo, em parte porque [...] não resulta de um único conjunto de causas [...], [pelo contrário] há muitos caminhos que levam à guerra [...]”. Vários autores, por exemplo, tentaram delimitar as principais causas da guerra, como Suganami (2002), Araujo (1959)¹⁰, Wright (1942, 1988), Edward (1969) e Waltz (2004). Considerando essa diversidade de abordagens e a afirmação de Bobbio (2007, p. 573), de que uma “[...] análise das causas da guerra pode levar a resultados tanto mais concretos quanto mais nos referimos a dados oferecidos pela realidade histórica.”, este trabalho parte do pressuposto de que são úteis as abordagens teóricas que sistematizam tanto as possíveis causalidades, quanto as principais teorias dessas causalidades. Para isso, então, foi adotada a abordagem de Kenneth Waltz (2004).

Adotando essa abordagem, na visão de Levy e Thompson (2010), parece não haver um autor que tenha sistematizado de maneira mais útil as causalidades da guerra como Kenneth Waltz, em seu livro *O homem, o estado e a guerra* (2004). Waltz (2004), então, sistematizou as principais teorias que se referem às causas da guerra em “três níveis”, aos quais ele chama de “três imagens”¹¹: o homem; a estrutura dos estados; e o sistema de estados (BITTENCOURT, 2014; WALTZ, 2004). Para os autores, Levy e Thompson (2010, p. 1), além da importância teórica, essa categorização também “[...] é um primeiro passo necessário se queremos ter alguma esperança de reduzir a ocorrência da guerra e possivelmente mitigar sua severidade e consequências.”.

Na primeira imagem das relações internacionais, “[...] o local das causas importantes da guerra reside na natureza e no comportamento do homem.” (WALTZ, 2004, p. 23; BITTENCOURT, 2013), no sentido de que o egoísmo, os impulsos agressivos e a estupidez

¹⁰ O autor não usa o termo “causas”, mas “condições materiais” e “elementos etiológicos da guerra”.

¹¹ O próprio autor prefere chamar de “imagens”, pois “A palavra “imagem” sugere que se forme um quadro mental (...), [além de que] é um termo adequado porque não se pode “ver” diretamente a política internacional, por mais atentamente que se possa olhar para ela (...)” (WALTZ, 2004, p.X-XI).

levam-no à guerra¹². Se existirem outras causas, no entanto, essas devem ser consideradas como secundárias. Colocado isso, conseqüentemente, qualquer tentativa de desfazer a guerra passa pelo aprimoramento ou a educação desses aspectos do homem. Em síntese, segundo Waltz (2004), a discussão com relação à natureza humana foi levantada já por muitos autores, os quais, embora enfatizem cada um pequenas nuances, todos concordam que a transformação moral e intelectual do homem ou seu comportamento psicossocial é a única forma de restaurar a paz no mundo.

Entre os autores, porém, há tanto otimistas quanto pessimistas¹³. Os pessimistas desconfiam de uma perfeição do homem, aludindo às suas falhas viciosas, quase que irresolúveis; já os otimistas confiam na possibilidade de um estado de harmonia, em que falhas são momentaneamente solucionadas e, portanto, não passam de superficiais. Dessa forma, por um lado, se poderia alcançar um arranjo benéfico para se evitar a guerra; por outro lado, não seria possível evitá-la devido as características da natureza humana que a tornam inevitável. Não obstante essas diferentes abordagens, ainda assim, lembra Waltz (2004), é possível ser ao mesmo tempo os dois, ao se considerar a complexidade da guerra. Em conclusão dessa dicotomia, portanto, ambos concordam acerca da causa ou motivação da guerra, mas discordam sobre o que fazer dela ou de como alterá-la. Como pensadores que aprofundaram essa visão de uma maneira mais crítica e contribuíram para a compreensão da primeira imagem, são: Reinhold Niebuhr; Santo Agostinho, Espinosa e Hans Morgenthau. (WALTZ, 2004, p. 24-30; BITTENCOURT, 2013).

Na segunda imagem das relações internacionais, “[...] a organização interna dos Estados é a chave para a compreensão da guerra e da paz.” ou ainda, “[...] os defeitos nos Estados provocam guerras entre eles.”¹⁴ (WALTZ, 2003, p. 102 e 105). Assim como na primeira imagem, aqui também há uma dicotomia entre “otimistas” e “pessimistas”, sendo que aqueles defendem que as guerras podem ser reduzidas pela reforma dos Estados, ao contrário destes que não consideram que as reformas sejam possíveis e, por isso, o Estado deve ser eliminado. Segundo Waltz (2004), os pensadores da visão “otimista” ou “idealista” de reforma do Estado

¹² Levy e Thompson (2010, p. 14) argumentam, de uma forma mais precisa, que os indivíduos são diretamente responsáveis pela tomada de decisões de se iniciar a guerra, o que significa que a ausência de determinado indivíduo alteraria o resultado de uma decisão, tendo impactos diferentes no conflito e na guerra. Dessa forma, isso quer dizer que o “homem” ou o nível individual “[...] ajuda a explicar as decisões de política externa feitas por líderes políticos do Estado.”

¹³ Para Waltz (2004, p. 26), não há outros termos melhores que “otimistas” e “pessimistas” para se inserir neste aspecto, embora possam induzir a algum tipo de engano.

¹⁴ Levy e Thompson (2010, p. 14) aprofundam essa ideia e afirmam que nessa imagem são enfatizados os aspectos institucionais da estrutura política, a natureza do processo decisório, as variáveis do sistema econômico, como os fatores de produção, na teoria marxista, as demandas de grupos de interesse, a opinião pública e os aspectos de cultura e ideologia.

são: Emmanuel Kant¹⁵ e Woodrow Wilson, concordando entre si que uma reforma, *sine qua non*, de todos os Estados poderia levar a uma paz mundial. Esses pensadores defendiam, respectivamente, que um conjunto de leis seria consensualmente adotado pelos Estados republicanos, que impediria ações violentas, e que uma coalizão internacional, por meio de uma organização internacional, eliminaria fatores de conflito entre Estados. Por outro lado, outro pensador teórico, Karl Marx, também enfatizava aspectos relacionados à estrutura interna dos Estados; mas, ao contrário daqueles, defendia que o Estado desapareceria e, com isso, se eliminaria as guerras, já que o Estado é que as provoca. Em síntese dessas visões, para Waltz (2004), entre os liberais sustenta-se que as democracias unidas entre si levariam a um mundo de paz; já entre os marxistas, somente com democracias socialistas é que isso seria possível, haja vista as democracias capitalistas promoverem sempre a guerra. Ao final, contudo, o fato é que as correntes liberal e marxista se assemelham bastante, visto que enfatizam aspectos de estrutura do Estado como causas da guerra¹⁶ (WALTZ, 2004, p. 105-6 e 150-1).

Por fim, a terceira imagem das relações internacionais considera a “[...] política de todos os Estados” (WALTZ, 2004, p. 200), isto é, a sua interação¹⁷. Essa ideia se fundamenta no pensamento de Jean-Jacques Rousseau, de que o conflito nasce da necessidade de cooperação entre os Estados. Explicando melhor, Waltz (2004) parte da comparação de Rousseau do comportamento inicial dos Estados ao estado de natureza do homem, momento em que não existe conflito por não haver interação entre os Estados. Ao passo que se passa para o Estado civil, há uma necessidade de interação, que por sua vez, acontece sob a ausência de uma autoridade que resolva um eventual conflito. Isso, portanto, sob um estado de anarquia, torna o conflito e a guerra inevitáveis, já que para Rousseau, embora a única possibilidade de haver

¹⁵ Levy e Thompson (2010, p. 14-5, 19), interpretando a concepção de Kant, a partir de Waltz (2004), afirmam que as democracias não entrariam em guerra entre si por conta dos mecanismos de freios e contrapesos do poder político em uma democracia, como o Parlamento e as normas jurídicas., diferentemente de uma ditadura, em que não há instrumentos que freiem a ação política de quem está no poder. Assim, nas democracias, os líderes políticos iniciariam uma guerra se vissem que essa ação beneficiaria a política interna, em detrimento do risco internacional. Sob essa perspectiva, os autores ainda acrescentam que o indivíduo representa, na verdade, uma organização política, o que, por conseguinte, significa que a ação de entrar na guerra poderia ser explicada como uma política externa dessa organização implementada por um indivíduo (BITENCOURT, 2013).

¹⁶ Para mais detalhes acerca da teoria marxista da guerra, ver GALLE, W. B. *Os Filósofos da Paz e da Guerra*. Brasília: Universidade de Brasília, artenova, 1978 e DOYLE, Michael W. *Ways of War and Peace*. New York; London: Norton & Company, 1997.

¹⁷ Levy e Thompson (2010) consideram que essa interação tem a ver com o sistema de estados, que considera as características do sistema internacional para a análise das causas da guerra, como a anarquia internacional, o número das principais potências no sistema, a distribuição do poder militar e econômico, o padrão de alianças e a estrutura institucional do sistema político-econômico. Segundo os autores, muitos realistas se enquadram neste nível, como os da teoria da balança de poder, os da ordem hegemônica, os de transições de poder, os da estrutura de instituições internacionais, os da natureza das normas internacionais e os do sistema amplo de ideologias e culturas.

harmonia seja o dever de cada um agir racionalmente, isso não é suficiente para impedir o conflito. (WALTZ, 2004, p. 209-214).

Aplicando essa noção à Política Internacional, os Estados, considerados como unidades atuantes, formam uma política que representa a “vontade geral do Estado”, ou seja, a sobrevivência e a prosperidade dos seus cidadãos. Em tempo de guerra, chegar a “vontade geral” é ainda mais provável, porque os indivíduos serão movidos pelo sentimento de que “[...] sua própria segurança depende da segurança de seu Estado.” (WALTZ, 2004, p. 221). Nesse sentido, a unidade interna seria estimulada por fatores externos antagônicos, que estimulariam a mobilização dos recursos de um Estado para uma política de esforço de guerra contra outro Estado. O elemento “Estado” ou “unidade atuante”, portanto, passa a ser importante, porque a política de guerra se daria contra outro Estado e não, propriamente, os seus indivíduos, como se pode observar, segundo Waltz (2004, p. 222), na Segunda Guerra Mundial, quando vários países se levantaram contra a Alemanha e não precisamente contra o povo da Alemanha. Em síntese, a ideia é que, as unidades políticas, ao defenderem seus interesses em um ambiente de anarquia, isso pode levá-las a conflitos com os interesses de outras unidades atuantes, fazendo da guerra uma ação inevitável nesse sistema¹⁸. (WALTZ, 2004, p. 214-225).

3.2 As três definições à luz das três imagens

Nesta parte, recorre-se novamente às definições de guerra dos autores. Ressalta-se que, embora as três definições sejam semelhantes nos seus termos, a visão de cada autor acerca da causalidade da guerra varia, e, portanto, há diferenças significativas na interpretação de cada um.

Iniciando por Hedley Bull, o autor é considerado o fundador da *Escola Inglesa (1970)*¹⁹ das Relações Internacionais. Essencialmente, essa escola de pensamento buscou entender a evolução histórica do sistema de Estados, tendo sido, portanto, Bull (2012, p. 211) quem delineou os conceitos-chave desse pensamento, que são: Ordem Internacional; Sistema Internacional e Sociedade Internacional (PECEQUILO, 2016, p. 201). Dentro desses conceitos, pergunta-se onde se enquadraria a guerra? Para responder essa pergunta é preciso considerar

¹⁸ Bittencourt (2013) acrescenta que o sistema internacional, ao mesmo tempo que é o responsável pelas guerras, também confere certas regras e costumes que legitimam a guerra entre os Estados.

¹⁹ Para mais detalhes sobre a *Escola Inglesa (1970)*, ver LINKLATER, Andrew. “*The English School*II. In: BURCHILL, Scott et al. *Theories of international relations*. 3 rd ed. New York: Palgrave MacMillan, 2005.

sua definição de que a guerra é “(...) a violência organizada promovida pelas unidades políticas entre si.” (BULL, 2012, pp. 211-213), sendo que ela desempenharia três funções essenciais no moderno sistema de Estados, que têm a ver com essas três perspectivas. Isso já leva a concluir que na visão de Bull do sistema de Estados, as causas da guerra seriam encontradas na segunda e na terceira imagem de Waltz (2004), já que o elemento básico dessas duas imagens são os Estados, que para Bull traduz-se em unidades políticas. Outra razão é que a terceira imagem considera a interação entre os Estados, aspecto também enfatizado na definição de Bull.

Acerca da sistematização de Waltz (2004), para Levy e Thompson (2010), no entanto, apesar da sua essencialidade para a compreensão das causas da guerra, a tipologia tem limitações. Primeiro que as análises das correntes realista, liberal e marxista, usadas por Waltz (2004) para explicar as imagens das Relações Internacionais, muita das vezes, consideram apenas os Estados como os principais atores na guerra, desconsiderando outros atores não-estatais tão importantes quanto²⁰. Já Wright (1942), em sua definição, enfatiza apenas que numa guerra deve-se considerar os lados adversários como “grupos hostis” e não “entidades”, visto não serem simplesmente grupos sociais em conflito. Esse entendimento se enquadraria, portanto, no de Bull, mas seria contrário ao de Levy e Thompson (2010), por estes considerarem as guerras civis, além das guerras entre Estados. Assumindo a participação desses novos atores não-estatais, deveria se questionar, no entanto, se o comportamento desses atores estaria relacionado com os mesmos motivos que influenciam o comportamento dos Estados na guerra. (LEVY e THOMPSON, 2010).

Uma segunda colocação de Levy e Thompson (2010) acerca da tipologia de Waltz (2004) é que algumas variáveis de um nível podem estar relacionadas com variáveis de outros níveis, como entre percepção errônea (nível nacional) e incerteza sistêmica (nível sistêmico). Nesse sentido, há teorias que relacionam aspectos de todos os níveis, tornando a compreensão das imagens bem mais complexa, o que leva a uma menor utilidade do uso simplificado das três imagens de análise. Isso não tira, contudo, a importância do trabalho de Waltz (2004), cujo objetivo foi simplesmente organizar variáveis causais e não teorias, sendo que qualquer profundidade interpretativa não se esgotaria com um modelo de sistematização.

Colocado isso, passa-se para a análise da guerra a partir das três perspectivas colocadas por Bull (2002). A primeira perspectiva, que se aproxima bastante da visão de Levy e Thompson (2010), toma a *Ordem Internacional* como “[...] um padrão de atividade que sustenta os objetivos elementares ou primários da sociedade dos estados ou sociedade internacional”

²⁰ Levy e Thompson (2010) enfatizam a importância dos atores não-estatais nas abordagens da literatura de guerra civil. A recente guerra na Síria é o exemplo mais claro dessa abordagem.

(BULL, 2002, p. 13); diferentemente da *Ordem Mundial*, que é constituída por “[...] padrões ou disposições da atividade humana que sustentam os objetivos elementares ou primários da vida social na humanidade considerada em seu conjunto.” (BULL, 2002, p. 26). Para ficar mais claro, o que distingue as duas ordens é a abrangência dos atores, pois na primeira considera-se só as relações internacionais, ou seja, os Estados; já na segunda, toda a humanidade, isto é, incluindo os indivíduos²¹.

Posto essa diferenciação, a guerra, na primeira perspectiva de Bull (2002, p. 213), seria um instrumento da política, isto é, um dos meios para se atingir os objetivos do Estado²². De forma semelhante, Levy e Thompson (2010, p.19), em sua definição de guerra como “[...] uma violência sustentada e coordenada entre organizações políticas”, entendem que a guerra é “institucionalizada”, quando dizem que a violência é empregada com um propósito. Esse conceito é no sentido de que a decisão de entrar numa guerra é tomada por um “*policy maker*” que representa uma coletividade ou uma organização política, transformando a decisão em uma ação de política externa dessa unidade política.

Ainda no mesmo sentido, Wright (1942, p. 12), ao dizer que na guerra há um conflito entre “forças armadas”, o autor entende que as essas “forças” são empregadas como um tipo específico de violência com um objetivo. Para o autor, essa característica é o que permite distinguir o momento de guerra do momento de paz, podendo diferenciar os aspectos que causam a guerra. Já Levy e Thompson (2010) afirmam que para se compreender as causas da guerra sob esse pressuposto, de alcançar um objetivo, deve-se levar em conta mais do que preferências e motivações individuais, também o processo pelo qual a política externa, ou melhor, os objetivos para uma guerra são criados. A essa abordagem, Levy e Thompson (2010) chamam de “*Decision-making process*”²³.

Voltando para Bull (2002), essa primeira noção tem prevalecido na história do sistema de Estados, podendo se encontrar vários exemplos, como:

Richelieu que reduziu a expansão do poder dos Habsburgos; a transformação da Prússia, por Frederico II, em uma grande potência; a limitação do império colonial francês pela Inglaterra; a unificação da Alemanha por Bismarck e a sua hegemonia na

²¹ Três referências importantes nesse sentido são: “A ordem mundial é mais ampla do que a ordem internacional [...] A ordem mundial é mais fundamental e primordial do que a ordem internacional (...) [e] a ordem mundial precede moralmente a ordem internacional.” (BULL, 2002, p. 29).

²² Essa característica aproxima-se bastante da definição de Clausewitz, de que a guerra é a continuação da política por outros meios (BOBBIO, 2007, p. 571).

²³ Há literatura específica só sobre a análise do processo decisório em guerra, como na Guerra dos Seis Dias. Para o incentivo de novas pesquisas, recentemente, o governo de Israel desclassificou novos documentos da Guerra dos Seis Dias, que são inéditos com novas informações acerca da tomada de decisão da política israelense contra os palestinos. Disponível em: <https://www.archives.gov.il/en/p1967/>. Acesso em: 30 de outubro, 2019.

Europa ou ainda a derrota dos países do Eixo pelo Aliados, na Segunda Guerra Mundial. (BULL, 2002, p. 214)

Contudo, é preciso notar que em alguns momentos os Estados também podem não ter assumido deliberadamente objetivos, comportando-se, por vezes, como resultado de um sentimento popular, um erro de cálculo ou até mesmo um “acidente”. Em outras situações ainda, os Estados podem ter iniciado uma ofensiva por conta de uma mudança de seu comportamento, em virtude de impulsos bélicos na ordem internacional (BULL, 2002). Esse entendimento se distinguiria das abordagens de Levy e Thompson (2010) e Wright (1942), que assumem a necessidade de um objetivo para o emprego da força.

Passando à segunda perspectiva de Bull (2002, p. 15), o Sistema Internacional ou o Sistema de Estados “[...] se forma quando dois ou mais estados têm suficiente contato entre si, com suficiente impacto recíproco nas suas decisões, de tal forma que se conduzam, pelo menos até certo ponto, como partes de um todo.”²⁴. Dessa forma, a ideia principal é a de uma interação entre os Estados, ou melhor, entre as unidades políticas, cujo resultado não necessariamente seja a formação de uma sociedade internacional, que se verá posteriormente. Sob essa perspectiva, a guerra é um fato determinante na interação entre Estados, já que estes são influenciados reciprocamente pelos seus efeitos, como aconteceu com a criação e a extinção de Estados (BULL, 2002).

Nesse mesmo sentido, Levy e Thompson (2010) argumentam que somente os níveis propostos por Waltz (2004) não são suficientes para entender a causalidade da guerra sob o aspecto de ela ser “entre” pelo menos dois lados. Partindo desse pressuposto, é preciso considerar as relações de interação entre os dois lados adversários, que os autores chamam de nível “*dyadic*”²⁵. Tendo então que a guerra envolve, necessariamente, no mínimo dois lados, o entendimento das causas da guerra, dessa maneira, deve estar vinculado também, necessariamente, com a estratégia de interação entre os dois adversários. A guerra que envolveu a expansão de Hitler na Europa, por exemplo, só aconteceu quando o Ocidente decidiu interagir ofensivamente contra Hitler, representando uma mudança de posição política dos Aliados. O

²⁴ Essa definição de sistema internacional é semelhante à de Raymond Aron, como indica Hedley Bull (2002, p. 15). Para mais detalhes ver ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as nações**. São Paulo: WMF Martins Fontes/Universidade de Brasília, 2018, p. 115.

²⁵ Optou-se por não traduzir o termo “*dyadic*”, por haver uma imprecisão na tradução. Apesar de existir a palavra “diádico” (*s.m.*) no dicionário *Houaiss de Língua Portuguesa* (2009, p. 679), o significado se refere mais ao campo do cálculo/matemática e fisicoquímica. Há a palavra substituta “diáde” (*s.f.*), mas mesmo assim, por não se saber se esse seria o termo claro para se preservar a fidelidade da tradução dos autores, decidiu-se por colocar o original na língua estrangeira.

que demonstra claramente, o início da guerra como resultado da interação entre Hitler e os países aliados (LEVY e THOMPSON, 2010, pp. 19-20).

Explorando melhor esse aspecto de interação entre os dois lados adversários, alguns pesquisadores, a fim de contornarem as dificuldades simplificativas da tipologia de Waltz (2004), modificam as três imagens ou níveis de análise, simplificando-os ou expandindo-os em subcategorias de análise. Os autores Levy e Thompson (2010, p. 16), por exemplo, como já colocado anteriormente, acrescentam um subnível, o “*dyadic*” ou “interacional”, que “[...] reflete as interações bilaterais entre os [...] Estados.”. Para os autores, é importante também considerar esse nível, porque ele distingue as variáveis causais que refletem o relacionamento entre Estados a nível regional das variáveis que refletem as interações entre dois Estados a nível internacional. Assim, essa abordagem pressupõe que há diferenças entre os sistemas internacional e regional de alianças, como no Oriente Médio e na América do Sul, locais em que as relações bilaterais têm grande peso na atuação internacional dos respectivos Estados²⁶. (LEVY e THOMPSON, 2010)

No Oriente Médio, por exemplo, se os fatores que levam à guerra são provenientes de ameaças tanto do sistema internacional quanto do sistema regional, de tal forma que outro ator diferente nessa posição não pudesse responder de outra maneira senão também iniciar a guerra, não seria possível atribuir a responsabilidade pela guerra ao Estados ou aos indivíduos, mas às razões dos sistemas de alianças regional e internacional. Esse impasse de responsabilidade, por sua vez, leva a discussões se os motivos que levariam à guerra estariam mais relacionados aos indivíduos ou aos sistemas internacional e regional. (LEVY & THOMPSON, 2010, p. 16-7)

Além disso, se se enfatiza só aspectos do sistema internacional, Bull (2002) argumenta que a interação entre os Estados em um contexto de guerra pode condicionar o sistema internacional a uma descrição das unidades políticas entre “[...] grandes e pequenas potências, alianças, esferas de influência, equilíbrio de poder e hegemonia.” (BULL, 2002, p. 214) – essa uma descrição que se aproxima de uma visão realista das relações internacionais, cujas características básicas do sistema internacional são os elementos da política e do poder, conforme também colocou E. H. Carr²⁷ (PECEQUILO, 2016, p. 16).

²⁶ Para mais detalhes sobre sistemas regionais de alianças, mais especificamente Brasil e Argentina nas Guerras Mundiais, ver STUART, Bremer A. “**Dangerous Dyads: Conditions Affecting the Likelihood of Interstate War, 1816 – 1965.**” *Journal of Conflict Resolution*, v.36, n.2, p. 309 – 41, 1992.

²⁷ “A política é, em certo sentido, sempre a política de poder.” CARR, E. H. **Vinte Anos de Crise, 1919-1939. Uma Introdução ao Estudo das Relações Internacionais.** Brasília: Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. 2. ed., 2001, p. 135.

Essa caracterização de Bull (2002) se aproxima da visão de Wright (1942), de que há uma diferença entre dois grupos que estão em conflito e dois grupos que estão apenas em disputa. Para Wright (1942), há uma especificidade de comportamento na guerra que varia de outros tipos de comportamento dos mesmos grupos, mas em outras situações. Desse modo, quando Bull (2002) se refere que os lados adversários passam a ser caracterizados como potências ou lideranças com hegemonia é porque, na visão de Wright (1942), isso é um comportamento que varia de acordo com as situações.

Por fim, a terceira perspectiva de Bull (2002) pressupõe que existe:

uma “sociedade internacional” [...] quando um grupo de estados, conscientes de certos valores e interesses comuns, formam uma sociedade, no sentido de se considerarem ligados, no seu relacionamento, por um conjunto comum de regras, e participam de instituições comuns (BULL, 2002, p. 19).

Explicando melhor, essa sociedade internacional pressupõe um sistema internacional, ou seja, um sistema no qual os Estados interagem reciprocamente, com a ajuda de instituições, mais especificamente, de organizações internacionais governamentais, para a realização de uma agenda comum de convivência. Essas organizações, por sua vez, têm o papel de dar “[...] solidez à governança global por meio da normatização e aplicação dessas regras.” (PECEQUILO, 2016, p. 203). Dada essa característica, os Estados passam a congregiar valores e entendimentos comuns nos assuntos e temas que acharem relevantes para seus interesses, principalmente no que diz respeito a convenções de guerra (BULL, 2002, p. 19).

Sob essa perspectiva de sociedade internacional de Bull (2002, p.215), a guerra, então, é vista de duas formas: por um lado como “[...] uma manifestação da desordem na sociedade internacional, trazendo consigo a ameaça da sua dissolução [...]” e a guerra de todos contra todos; por outro lado, como uma necessidade da sociedade internacional para atingir determinados objetivos. Antes de aprofundar mais detalhadamente esses aspectos, Levy e Thompson (2010, p. 20-1) colocam que a guerra deve ser considerada uma variável e não uma constante, sob o ponto de vista de que sempre há variações de quem luta, como luta e com que frequência se dá essa luta. Dessa forma, a guerra só pode ser explicada a partir de outro aspecto que varia também, surgindo daí o questionamento do porquê há variações na guerra. Não muito diferente, Wright (1942, p. 12) também parte do pressuposto hobbesiano de que o comportamento dos Estados e suas relações entre si variam continuamente com as situações. A guerra, nesse sentido, representaria ir além do limite de determinado comportamento.

Voltando às duas formas pelas quais a guerra pode ser vista, a partir de Bull (2002), na primeira visão, os Estados tentam limitar a guerra, de forma a preservar as regras estabelecidas

no sistema internacional. Essa limitação pode acontecer de quatro formas: 1. só Estados soberanos podem fazer guerra; 2. uma vez feita, há regras pré-estabelecidas para se seguir; 3. o estabelecimento de direitos e deveres dos Estados neutros ajudam a desconcentrar geograficamente as hostilidades; e 4. só motivações justas e legítimas podem justificar a guerra, como a “[...] Carta da Liga das Nações, o Pacto Kellog-Briand ou a Carta das Nações Unidas.” (BULL, 2002, p. 215). Esses aspectos poderiam ajudar a explicar o questionamento de Levy e Thompson (2010), uma vez que são esses instrumentos institucionais, aceitos pelos Estados, que limitam o uso da força dos Estados, bem como quem deve ou não participar do emprego da força.

Essa primeira visão, portanto, que se relaciona com alguns aspectos específicos da terceira imagem de Waltz (2004), mais precisamente, as características institucionais do sistema político-econômico internacional, leva a concluir que as instituições internacionais limitam a ação das unidades políticas, por força de regras e costumes estabelecidos e aceitos por essas unidades. A limitação da ação delas, por sua vez, também acaba por limitar a sua interação, afetando os sistemas de alianças internacional e regional, como mencionado anteriormente.

Na visão de Wright (1942), essa primeira visão de Bull (2002) poderia ser entendida como uma “condição legal” que legitima o uso contínuo das “forças armadas” ou de um estado de lei, para os jurídicos da área internacional, para os quais as agressões, as represálias, as rebeliões e a pirataria não delimitam exatamente a guerra da paz. Isso leva a pensar, então, que as causas da paz poderiam, de alguma forma, se confundir também como causas da guerra. Tomando esses aspectos, restaria o questionamento se as instituições que coordenam a execução das leis internacionais deveriam também ser consideradas como unidades políticas, uma vez que podem tanto tomar uma ação ofensiva, como organização internacional e com base em ordenamentos consensualmente aceitos pelas unidades políticas, a exemplo da utilização do exército da ONU em missões internacionais, quanto empreender esforços de não agressão entre as unidades políticas.

Na segunda visão de Bull (2002), a guerra pode ser vista como tendo um papel positivo na sociedade internacional, haja vista poder ser um instrumento para alcançar benefícios para o sistema internacional. Essa poderia ser também a visão de Wright (1942), já que a guerra representa uma condição legal de uso legítimo da força. A ideia, portanto, seria que os Estados, por meio das organizações internacionais, é que decidem a eficácia dos instrumentos jurídicos aplicáveis à guerra. Logo, se determinada lei que foi consensualmente adotada é executada, isso poderia significar um avanço para a sociedade internacional.

Voltando para Bull (2002), a guerra poderia, primeiramente, ser empregada para estabelecer o direito internacional, como aconteceria em guerras que prejudicam a soberania territorial e as vítimas, por exemplo. De forma também positiva, a guerra poderia ajudar a manter o equilíbrio de poder, isto é, a situação em que nenhum Estado é preponderante ou mais forte que os demais. Isso seria possível por meio da limitação do emprego da força ou do poder pelas instituições internacionais.

Por fim, a guerra poderia ser empregada para provocar uma mudança justa, já que o reconhecimento entre as unidades políticas e as instituições internacionais de uma necessidade de mudança pode levar a um consenso do emprego da força de forma justa (BULL, 2002, p. 216). Essa afirmação levaria em conta o aspecto de a violência ser empregada com um objetivo e propósito específicos, em acordo com Levy e Thompson (2010) e Wright (1942), mas também o questionamento de até que ponto uma mudança “justa” ou objetivo deliberado internacionalmente poderia justificar uma guerra ou, mais precisamente, o emprego das “forças armadas”.

4 OS TIPOS DE GUERRA

4.1 Tipologia de Vasquez

Quanto mais forte somos, menos provável é a guerra.

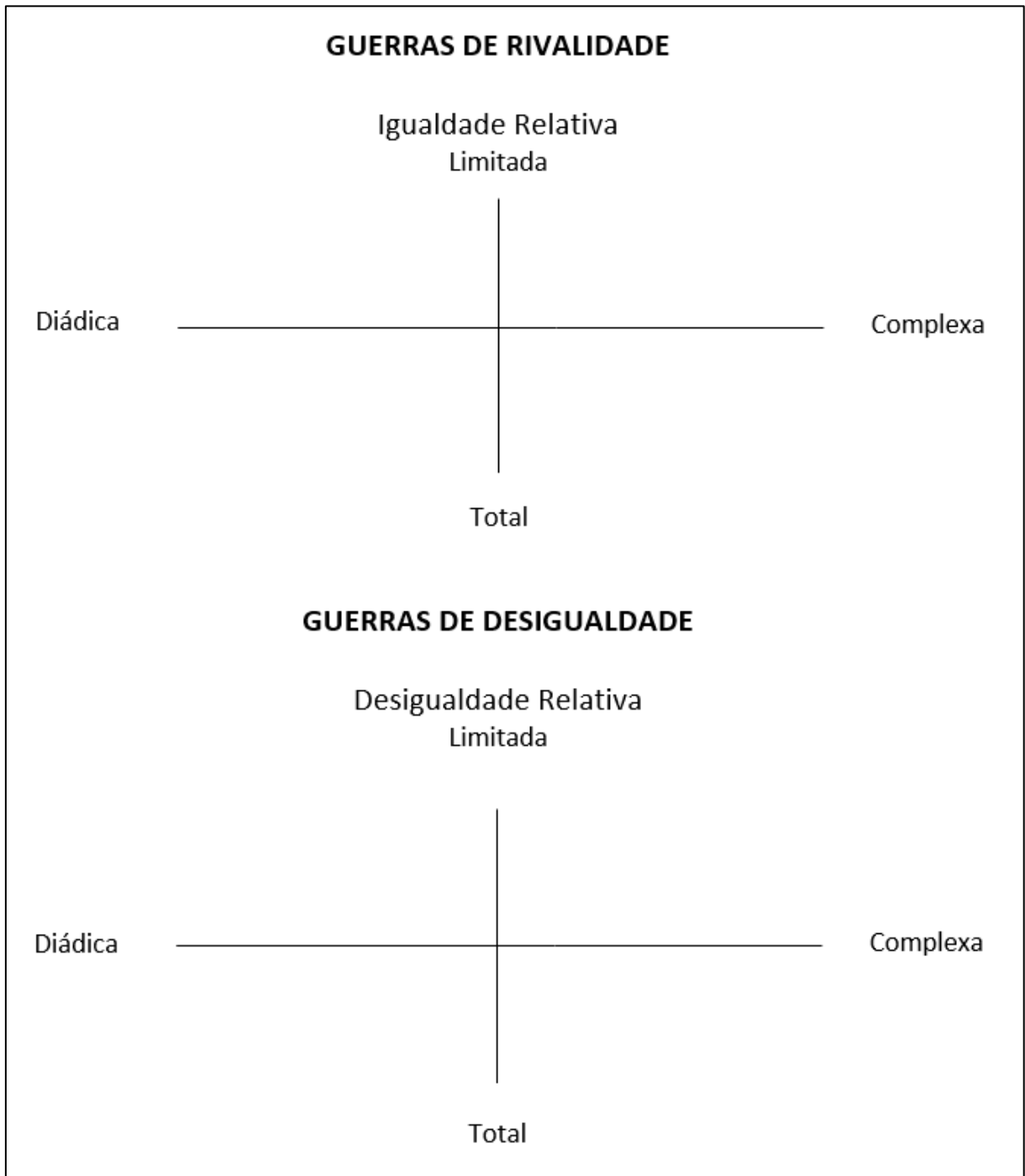
Otto von Bismarck

A guerra envolve muitos aspectos que a tornam complexa, fazendo com que haja diferentes tipos de guerra, sendo cada tipo precedido por motivações diferentes (LEVY e THOMPSON, 2010, p. 12-3). Colocado isso, novamente vários autores tentaram criar uma tipologia da guerra, como Lider (1987)²⁸, Vasquez (2009), Vasquez e Valeriano (2010) e Wright (1942). Optando pela tipologia de Vasquez (2009), o autor considera duas abordagens para a construção de uma tipologia da guerra. Uma ele chama de “*nomothetic*” ou “comportamental”, que tenta explicar a guerra sem considerar o tempo e o lugar, e a outra, embora não a dê nome, leva em conta esses aspectos, ao que ele denomina de “condições históricas”.

Partindo da primeira abordagem, “*nomothetic*” ou “comportamental”, deve-se identificar primeiro as características teóricas da guerra que as diferenciam de acordo com suas causas. O autor adota, então, três características: a distribuição de capacidade entre os beligerantes; a distinção entre guerras limitadas e totais; e a quantidade de lados na guerra, mais especificamente, guerras “*dyadics*” e “complexas” (VASQUEZ, 2009, p. 66, 68 e 73), conforme se pode observar na Figura 1 abaixo.

²⁸ Em **Da natureza da guerra** (LIDER, 1987), o objetivo do autor não é diretamente criar uma tipologia, mas demonstrar a possibilidade de observar a guerra por meio de várias abordagens.

Figura 1: Tipos de Guerra



Fonte: Adaptado de Vasquez (2009).

A primeira característica, distribuição de capacidade entre os beligerantes, sugere uma distinção de guerra entre “iguais” e “desiguais”, mais precisamente, entre guerra de “rivalidade” e guerra de “desigualdade”, respectivamente. Explorando melhor esses aspectos, a guerra de “rivalidade” é mais “[...] orientada para a lógica de balança de poder [...]” (VASQUEZ, 2009, p. 66), no sentido de que, determinados efeitos são percebidos mutuamente pelos lados adversários, como a insegurança, a necessidade de corrida armamentícia, o medo e a necessidade de guerra preventiva. Para o autor, esse tipo de guerra pode se tornar uma guerra total, que se verá logo depois, somente se não houver alguma outra parte para mediar o conflito, caso contrário, é menos provável que isso aconteça, pelo fato de que elas são mais propensas a serem afetadas por fatores psicológicos. Já a guerra de “desigualdade”, que desconsidera os aspectos colocados anteriormente, está mais relacionada à possibilidade de preponderância de poder. Para Vasquez (2009, p. 73-4), esse tipo de guerra é importante para pensar a guerra, pois ela ajuda a explicar “(...) como e porque guerras se expandem e como alianças [...] podem afetar o processo da guerra [bem como] a severidade e a duração da guerra.”. Em síntese, na guerra de “rivalidade”, os lados oponentes, partilhando de capacidades semelhantes, tendem a ter a mesma lógica de ação, ao contrário da guerra de “desigualdade”, em que os lados, por terem razões muito díspares de ação, empregam lógicas também diferentes na guerra.

Além disso, uma das características que mais as diferencia é quanto à existência de um tempo prolongado de rivalidades antes da guerra. Geralmente, isso acontece na guerra entre “iguais” ou de “rivalidade”, tornando-a mais propensa a hostilidades mútuas, ao contrário da guerra de “desigualdade”, em que os lados consideram mais aspectos individuais, como o cálculo de custo-benefício. Neste último caso, qualquer iniciativa passa a ser tomada com muita certeza do seu resultado, ou seja, de que as capacidades de força disponíveis garantirão o alcance do objetivo. Essa lógica tem a ver, portanto, com a percepção dos diferentes impactos que provêm das capacidades desiguais entre os oponentes, podendo afetar significativamente o resultado da guerra (VASQUEZ, 2009).

Essa atenção às diferenças dos dois lados, entretanto, não seria tão importante em uma guerra de “rivalidade” ou “iguais”, já que se tem a ideia de que elas não farão tanta diferença, passando os lados oponentes a acreditarem em outros fatores de resolução, como a diplomacia, as táticas militares, a coragem, a sorte e o apoio dos aliados. Tudo isso, então, leva a concluir que “(...) as interações de política externa e as práticas que precedem os dois tipos de guerra serão diferentes e que as guerras não serão somente lutadas por variadas razões, mas, provavelmente, serão lutadas por diferentes motivos.” (VASQUEZ, 2009, p. 67-8).

A segunda característica, distinção entre guerras limitadas e totais, que leva em conta tanto os meios empregados quanto os fins buscados, se baseia na concepção de Clausewitz de “guerra absoluta”, indicando como a guerra é lutada entre os lados oponentes. Com relação aos meios na guerra “total”, como já se pode supor, há uma alta mobilização da sociedade, enquanto que na “limitada”, uma mobilização menor. Em outras palavras, por um lado, na guerra “total”, todos os meios disponíveis são empregados para um esforço de guerra, por outro lado, na guerra “limitada”, somente alguns meios. Nesta última, por exemplo, o emprego de determinado recurso pode ter a ver com a necessidade de obrigar o oponente a tomar alguma ação ou objetivo específico. No que se refere a isso, na guerra “limitada”, eles são mais restritos e não se referem a uma destruição inteira dos recursos do oponente. Já na guerra “total”, também é fácil supor que nela se pretende provocar uma alteração profunda na estrutura doméstica do oponente, como a mudança do governo ou a sua completa aniquilação. Em suma, o tipo de guerra, “se “limitada” ou “total”, pode ser evidenciada pela forma como os recursos de força, tanto do país em geral quanto especificamente do poder militar, são mobilizados para a guerra. Com isso, é possível, então, observar o quanto a guerra afeta os dois lados, pela forma como a estrutura doméstica é empregada como esforço de guerra (VASQUEZ, 2009, p. 68-70).

Da mesma forma, olhando sob a perspectiva da paz, quando acontece uma guerra “total”, é preciso haver um esforço maior para alcançar a paz, já que envolve uma reconstrução de toda a estrutura doméstica do oponente, como aconteceu com a Alemanha e o Japão no pós-Segunda Guerra Mundial, ou até mesmo em guerras civis, como a Guerra Civil Americana, e nos períodos pós-revolução francesa e chinesa. Em síntese, para o autor, a limitação do comportamento dos oponentes a determinados objetivos que estejam sujeitos a estratégias de barganha é o que distingue a guerra “limitada” da guerra “total”. Tendo esse objetivo, os oponentes não terão que se preocupar, a princípio, com sua sobrevivência, mas apenas com a manutenção de recursos econômicos, vantagens territoriais e capacidades individuais. Para o autor, entretanto, essa característica é a mais difícil de se operacionalizar, isso porque, ela “[...] é multidimensional [...] [além de que] alguns participantes na guerra podem estar engajados em um conflito total, enquanto que outros não.” (VASQUEZ, 2009, p. 70).

Por fim, a última característica classifica as guerras quanto a serem “*dyadics*” ou “complexas” (mais de dois participantes). Esta última se deve ao fato de que ter mais de três participantes torna necessário uma expansão do modelo, que, por sua vez, torna a compreensão da guerra mais complexa. Essa abordagem ajuda a entender, por exemplo, a diferença entre o começo de guerras mundiais e o de outras guerras não mundiais, visto que algumas guerras mundiais foram iniciadas com a expectativa de que seriam limitadas, como as duas Guerras

Mundiais, mas mudaram para o outro tipo. Isso demonstra que, mesmo pensando no custo-benefício para iniciar uma guerra, esse objetivo pode mudar devido a outras circunstâncias. A seguir, na figura 1, observam-se os três tipos de guerra, de acordo com Vasquez (2009).

3.2 AS TRÊS DEFINIÇÕES À LUZ DA TIPOLOGIA DE VASQUEZ

Bull (2002), a partir da sua definição de guerra, faz três diferenciações a respeito dos tipos de guerra. A primeira diferencia guerra no sentido mais amplo de violência organizada por alguma unidade política, como uma tribo ou uma facção civil, de guerra no sentido estrito de hostilidade internacional entre Estados soberanos. Partindo desta última, entre Estados, seria possível observar nela características de quase todos os tipos de guerra de Vasquez (2009). A primeira característica é que as guerras entre Estados tenderiam tanto totais quanto limitadas. Isso porque, na visão de Bull (2002), a guerra entre Estados é a única forma de guerra legítima no sistema moderno de Estados, haja vista terem eles o monopólio legítimo da violência (WEBER, 2003), assim como o interesse constante de preservá-lo.

Acerca desse aspecto, Wright (1942) e Levy e Thompson (2010) também assumem o mesmo pressuposto de que só se pode caracterizar um conflito como guerra, se há “violência” sustentada, sendo que só as organizações políticas, ou seja, os Estados é que podem sustentar uma violência por muito tempo. Wright (2002), em outras palavras, argumenta que na guerra emprega-se um tipo de violência muito específica, que só os Estados detêm, a *Modern Military Technique*. Além de que, a lei internacional é responsável por limitar o uso da violência por determinados Estados para objetivos muito específicos, no sentido de que só os Estados podem assumir o ônus do emprego da violência, isto é, a culpa. Para Bull (2002, p. 212), portanto, o “[...] desenvolvimento do conceito moderno de guerra com violência organizada entre estados soberanos resultou de um processo de limitação e confinamento da violência.”.

A segunda característica é que a guerra entre Estados soberanos poderia ser tanto rival quanto desigual, no sentido de que são Estados com capacidades semelhantes ou não que fazem guerras, segundo Bull (2002). A desigualdade de capacidades de força em Levy e Thompson (2010) poderia ser entendida como a habilidade de um Estado sustentar a força por um período até que alcançasse seu objetivo ou, pelo entendimento de Wright (1942), a capacidade de empregar a mesma intensidade da força. Assim, não basta apenas que seja reconhecido o monopólio da força entre Estados, como coloca Bull (2002), acerca da responsabilização da culpa, mas que haja legitimidade para a manutenção da força por determinado período.

Isso é confirmado por um olhar rápido das guerras nos últimos dois séculos, de que há alguns Estados que aparecem, na maioria das vezes, como protagonistas no emprego da força, enquanto que outros, às vezes rivais, assumem uma posição inferior de manutenção da força (LEVY, 1983). Isso leva a concluir, portanto, que determinados Estados teriam maior legitimidade para sustentar a força por um determinado período, mesmo diante de outros Estados, que embora também tenham o monopólio da força, não têm, contudo, legitimidade para sustentar a violência ou a força. Essa seria a ideia de uma guerra desigual. Já em uma guerra rival, como aconteceu no século XX, determinados Estados teriam a mesma capacidade de empregar um tipo de violência específica, como coloca Wright (1942), de sustentar a mesma intensidade de força, ou unidades políticas poderiam assumir a responsabilização da culpa pelo emprego igual da força, conforme Levy e Thompson (2010).

A terceira e última característica da primeira diferenciação se refere ao fato de as guerras entre atores estatais também poderem ser caracterizadas como *dyadics* ou complexas, de acordo com Vasquez (2009). Na visão dos três autores, para se ter uma guerra, a violência precisa ser empregada mutuamente entre pelo menos dois lados. Portanto, todos os autores assumiriam que a guerra entre Estados é necessariamente *dyadic*. Já no sentido de guerras complexas, ao ponto de envolverem muitos atores estatais, como nas duas guerras mundiais, seria necessário considerar a visão de cada autor das Relações Internacionais a partir das imagens de Waltz (2003). Os três autores, enquadrados na segunda e terceira imagem, buscariam aspectos da visão realista, como a anarquia e a balança de poder (PECEQUILO, 2016), ou alianças, construções ou mobilizações militares e táticas *realpolitik*, que aumentam a incerteza e a instabilidade internacionais, que, por sua vez, aumentam a probabilidade de se iniciar uma guerra complexa (VASQUEZ, 2009).

Passando para a segunda diferenciação de Bull (2002), para o autor há uma diferença entre guerra material, no sentido de hostilidade e violência efetivas, e guerra legal ou normativa, no sentido de cumprimento de critérios legais. Cada uma pode acontecer sem necessariamente a presença da outra. Uma guerra no sentido legal, sem hostilidade efetiva, por exemplo, acontece quando há um intervalo identificável entre a cessação da guerra e a conclusão da paz absoluta. Já numa guerra no sentido material, seria difícil distinguir a paz da guerra, visto que a gradação de ações ofensivas, não necessariamente de hostilidade, dificulta interpretar se um bloqueio, por exemplo, se caracteriza como um momento de guerra. Essa categorização se encaixaria, na tipologia de Vasquez (2009), mais na diferenciação entre guerra limitada e guerra total, respectivamente.

Tomando isso, a guerra limitada ou guerra no sentido legal também se aproximariam do entendimento de Wright (1942), ao considerar, em sua definição, o debate entre os que veem características que separariam exatamente a guerra da paz e os que não veriam tais aspectos. Para a área jurídica internacional, por exemplo, haveria dificuldades para diferenciar a guerra da paz, visto que as intervenções, as agressões, as represálias, as rebeliões e a pirataria estariam em um estado intermediário entre a paz e a guerra. Já para a sociologia, essa distinção é mais clara devido às diferenças de intensidade com que a força é empregada para compelir o outro a fazer a nossa vontade. Na definição de Levy e Thompson (2010), por outro lado, não se observa nenhum aspecto que se relacionaria com essa diferenciação.

Por fim, a última diferenciação é entre guerra como atividade racional, inteligente e com um objetivo definido e guerra cega, impulsiva ou habitual (BULL, 2002). O primeiro tipo se enquadraria mais em guerras do tipo limitadas, *dyadics* e em rivais; já a segunda, em totais, complexas e desiguais, segundo Vasquez (2009). Antes de adicionar qualquer aspecto das definições dos autores, é preciso ressaltar que a classificação de guerra racional, inteligente e com um objetivo definido leva mais em conta o contexto da Europa moderna até o período pós-napoleônico (BULL, 2002, p. 213). Assumindo isso, ela está fortemente relacionada com a concepção de Clausewitz (1996) de guerra como um meio para atingir um objetivo político, no sentido de submeter o outro à nossa vontade.

Essa visão pode ser encontrada nas três definições dos autores. Em Levy e Thompson (2010), por exemplo, em que se observaria uma guerra *dyadic* e rival, seria possível distinguir, mais especificamente, a guerra com objetivo militar da guerra com objetivo político. A ideia é que o objetivo político poderia prevalecer em uma estratégia de um Estado, em que se buscaria não a aniquilação total do adversário, mas o seu enfraquecimento, a fim de levá-lo para a mesa de negociação e forçá-lo a aceitar uma barganha, já que estaria enfraquecido. Como mencionado anteriormente, esse tipo de estratégia passa a ser mais frequente quando há dois adversários com a mesma capacidade ou habilidade de força, passando os dois Estados a se preocuparem mais com a mesa de negociação ou o custo-benefício de determinada ação, instrumentos que limitariam o uso da força. Não é possível, portanto, pensar nesse tipo de estratégia em uma guerra complexa, porque torna-se muito mais difícil empreender uma estratégia de barganha com mais um adversário, já que cada um pode ter características muito díspares.

Wright (1942), do mesmo modo, partindo também da concepção Clausewitziana, vê uma diferenciação entre forças armadas e violência em geral. Diferentemente do momento em que se emprega uma violência qualquer, quando as forças armadas são empregadas, pressupõe-se

que essa violência teve uma preparação específica que proporcionasse caminhos para se atingir determinado objetivo.

Por fim, a guerra do tipo cega, impulsiva ou habitual seria de interpretação mais difícil a partir dos aspectos conceituais dos autores, pela razão de que, nas três definições, assume-se que a violência na guerra se diferencia de outros tipos de violência, justamente por ser empregada com um objetivo específico, o que contraria a ideia deste último tipo de Bull (2002). Para se pensar nessa guerra, seria necessário, portanto, considerar o oposto da maioria dos aspectos colocados pelos autores em suas definições. Fazendo isso, a interpretação dessas guerras se daria mais pela visão de guerra civis, como colocado por Levy e Thompson (2010).

CONCLUSÕES

O objetivo deste estudo foi observar se havia diferenças interpretativas entre definições de guerra, tendo em conta uma perspectiva da Ciência Política na abordagem de cada autor. Para isso, enfatizou-se elementos que compunham as definições e tentou-se, com eles, explorar uma interpretação da guerra com relação às suas causas e tipos, partindo dos parâmetros teóricos de Waltz (2004), para as causas, e de Vasquez (2009), para os tipos.

Foi interessante escolher autores de épocas históricas diferentes, pois foi possível encontrar abordagens interpretativas relacionadas justamente com cada época; Wright sob o contexto do fim da Primeira Guerra Mundial e início da Segunda; Bull, no momento em que a Guerra Fria ganhava novos contornos de disputa e rivalidade com as convulsões e revoltas sociais de 1968; e Levy e Thompson (2010) já no século XXI, sob a herança dos efeitos da Guerra ao Terror na moldagem do Sistema Internacional Contemporâneo. Considerando isso, pôde-se perceber que há um núcleo teórico que permanece inalterado mesmo com as diferenças interpretativas dos autores, como se pode perceber acerca do objetivo político da guerra.

Os três autores concordam com essa premissa, embora haja uma diferença do nível de ênfase do papel do Estado, do *policy maker* e das forças armadas na guerra. Wright (1942), por exemplo, usa a premissa das forças armadas para entender quando se acaba a guerra e se inicia a paz, talvez por influência das discussões nos anos 1940 acerca das causalidades da Primeira Guerra Mundial e como se poderia eliminá-las para alcançar a paz já na Segunda Guerra Mundial. Já Bull (2012), por ter buscado entender a formação do Sistema de Estados, sua perspectiva passa por uma interpretação bastante histórica do século XIX e início do XX. Por fim, Levy e Thompson (2010) dão maior atenção ao processo pelo qual o objetivo do Estado foi construído e traduzido em uma política externa, em razão, possivelmente, da influência de aspectos democráticos na inserção internacional de um país, como a escolha do governante e sua pauta política.

Todos os autores, na verdade, contribuem para uma análise teórica da guerra. Seria, então, incongruente classificá-los comparativamente a partir do critério de quem elaborou uma teoria melhor. Reconhece-se, entretanto, como já colocado no início do trabalho, que cada conceituação está delimitada também por aspectos da época histórica do autor, de modo que o entendimento assumido por cada um ajuda também a criar a realidade da guerra. Assim, conclui-se que para entender cada definição deve-se, primeiramente, assumir as premissas de limitação material e até mesmo de recursos de cada época dos autores.

Observa-se que o elemento mais comum entre as definições é o Estado como ator precípua na atividade da guerra, seja para entendê-la historicamente, seja para entender como se diferencia a guerra com outros tipos de atores. Esse aspecto está bem claro na segunda perspectiva de Bull, de Sistema Internacional, de que a interação entre pelo menos dois lados é uma condição necessária para se ter uma guerra. Tanto Wright (1942) quanto Levy e Thompson (2010) assumem essa premissa para desenvolverem sua interpretação. Por outro lado, o que mais diferencia as interpretações, a partir de cada conceituação, é com relação a que tipo de objetivo específico pode ser alcançado a partir do emprego da violência. Aqui novamente, se nota em cada perspectiva a influência de sensações históricas mais otimistas ou pessimistas de cada época do autor, reflexo de um entendimento mais realista ou idealista do sistema internacional. Bull (2012), por exemplo, acreditava que haveria objetivos justos para se iniciar a guerra, como o alcance de benefícios para a lei internacional; Levy e Thompson (2010) consideram também possibilidades otimistas, mas somente em um lado da guerra, ou seja, para um Estado; já Wright (1942) adota uma visão clássica mais ligada à concepção Clausewitziana de implementar a minha vontade a qualquer custo.

Com relação à aplicabilidade das teorias aos dias atuais, entretanto, a visão de Levy e Thompson (2010) parece abarcar de forma mais detalhada as características de guerra no século XXI. Isso pode se dever, claramente, à contemporaneidade dos seus trabalhos. Os autores anteriores citados neste trabalho podem ter influenciado o entendimento de Levy e Thompson (2010) e, com isso, terem levado os autores a considerarem a guerra de forma mais complexa. Pode-se observar isso quando os autores argumentam que é preciso considerar outros atores na guerra e não somente Estados. Isso porque, a existência desses atores no contexto de guerra tem um papel essencial não só no entendimento teórico da guerra, mas na sua moldagem ou criação.

Além disso, também é interessante notar a crítica dos autores com relação às imagens de Waltz (2004). Aqui é preciso ressaltar que, para o objetivo de simplificar as causas da guerra, a tipologia de Waltz (2003) ainda é bastante útil. Contudo, deve-se notar também que a mutação constante das características da guerra, tornando-a mais complexa, significa que os vários níveis das relações internacionais estão se interligando cada vez mais. Uma guerra comercial, por exemplo, que acirra atritos entre duas grandes potências econômicas mundiais, alarma, conseqüentemente, espaços periféricos que, mesmo não estando diretamente ligados a essa guerra, são afetados por relações indiretas no sistema internacional.

Colocado isso, observou-se, portanto, que há diferenças interpretativas nas três definições de guerra, embora cada uma se aproxime nos conceitos adotados. Essas

diferenciações, por sua vez, contribuem de forma complementar para um entendimento mais completo da guerra, mais especificamente sobre suas causalidades e seus tipos.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Orestes. **Sociologia da guerra**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1959. V. 262 e 263.

ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as nações**. São Paulo: WMF Martins Fontes/Universidade de Brasília, 2018.

BITTENCOURT, Paulo V. Z. **Kenneth N. Waltz. Uma análise da perspectiva de sua teoria das relações internacionais através das obras “*Theory of International Politics*” e “*Man, the state, and war*”**. In: SEMANA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA: INTERFACES DA CIÊNCIA POLÍTICA. São Carlos, UFSCAR, 2013.

BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

BULL, Hedley. **A sociedade anárquica**. Brasília: Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002. Capítulo VIII.

CAMARGO, Cláudio. Guerras Árabes-Israelenses. In: MAGNOLI, Demétrio (Org.). **História das Guerras**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.

CARR, Edward H. Vinte Anos de Crise, 1919-1939. **Uma Introdução ao Estudo das Relações Internacionais**. Brasília: Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacional, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. 2. ed., 2001, p.135.

CAYUELA FERNÁNDEZ, José G. **Guerra, indústria y tecnología en la edad contemporánea**. Stud. Hist., H.^a cont., Ediciones Universidad de Salamanca. n.18, p. 179-199, 2000.

CLAUSEWITZ, Carl von. **Da Guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

DOYLE, Michael W. **Ways of War and Peace**. New York; London: Norton & Company, 1997.

GALLE, Walter B. **Os Filósofos da Paz e da Guerra**. Brasília: Universidade de Brasília; artenova, 1978.

JERVIS, Robert. **The Meaning of the Nuclear Revolution**. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1989.

KEEGAN, John. **Uma história da guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LEVY, Jack S. **War in the modern great power system, 1495-1975**. Lexington, Kentucky: The University Press of Kentucky, 1983.

LEVY, Jack S.; THOMPSON, William R. **Causes of War**. Chichester, UK: Wiley-Blackwell, 2010. Chap. 1.

LIDER, Julian. **Da natureza da guerra**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1987.

LINKLATER, Andrew. “*The English School*. In: BURCHILL, Scott et. al. *Theories of international relations*. 3rd. ed. New York: Palgrave MacMillan, 2005.

LUIZ, Felipe. **Precisões sobre o conceito de filosofia da guerra**. Revista Filogenese, v.7, n.2, 2014.

MAGNOLI, Demétrio (Org.). **História das Guerras**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

PECEQUILO Cristina S. **Teoria das Relações Internacionais: o mapa do caminho – estudo e prática**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016.

PINKER, Steven. *A History of Violence: Edge Master Class, 2011*. Disponível em: <<https://www.edge.org/conversation/mc2011-history-violence-pinker>>. Acesso em: 23 de out. 2019.

SAMPIERI, Roberto H.; COLLADO, Carlos H.; LUCIO, Pilar B. **Metodologia de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SUGANAMI, Hidemi. *Explaining War: some critical observations*. *International Relations*. v.16, n.3, p. 307-326, 2002.

STUART, Bremer A. “*Dangerous Dyads: Conditions Affecting the Likelihood of Interstate War, 1816 – 1965*.” *Journal of Conflict Resolution*, v.36, n.2, p. 309 – 41, 1992.

VASQUEZ, John A. *The Puzzle Revisited*. New York: Cambridge University Press, 2009.

VASQUEZ, John; VALERIANO, Brandon. *Classification of Interstate Wars*. *The Journal of Politics*, v.72, n.2., p.292-309, abr. 2010.

WALTZ, Kenneth N. **O homem, o estado e a guerra: uma análise teórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

WEBER, Max. **A Política como Vocação**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003. E-book. Disponível em: <http://93.174.95.29/main/2120000/2614725797b18821556eba355d9ba069/Max%20Weber%20-%20Pol%C3%ADtica%20como%20Voca%C3%A7%C3%A3o%2C%20A-Editora%20UnB%20%282003%29.pdf>

WRIGHT, Quincy. *A Study of War*. Chicago, Illinois: The University of Chicago Press, 1942. Vol. I.

WRIGHT, Quincy. **A Guerra**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988.